

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcadh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 2225/2018-PGJ, DE 2.7.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 5 e 6.8.2017, a serem usufruídos nos dias 16 e 17.7.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2231/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, as férias individuais da Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que seriam usufruídas no período de 1º a 30.7.2018, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3793/2016).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2223/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 57ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Daniela Cristina Guiotti, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 2 a 6.7.2018, em razão de licença para tratamento de saúde do titular, Promotor de Justiça Marcelo Ely.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2224/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 19ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Livia Carla Guadanhim Bariani, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 15ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 2 a 6.7.2018, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2226/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Claudia Loureiro Ocariz Almirão 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 28.10.2014, a ser usufruído no dia 29.6.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2227/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto 4 (quatro) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, a serem usufruídos no período de 3 a 6.7.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2228/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o 2º Promotor de Justiça de Maracaju, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, a se ausentar da referida Comarca para recebimento da “Medalha Imperador Dom Pedro II”, pelo Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, no dia 4 de julho de 2018, na Rua Fernando Augusto Correia da Costa, nº 376, Jardim América, Campo Grande, MS.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2229/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018, na parte que concedeu a conversão de um terço das férias em abono pecuniário à Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti, de forma que, onde consta: “Período de Conversão – 19 a 28.7.2018”, passe a constar: “Período de Conversão – 23.7 a 1º.8.2018”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2230/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018, na parte que concedeu o 1º período de férias à Promotora de Justiça Aline Mendes Franco Lopes, de forma que, onde consta: “1º PERÍODO – 9 a 18.7.2018”, passe a constar: “1º PERÍODO – 10 a 19.7.2018”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2232/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias individuais aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO INDEFERIDO
Daniela Cristina Guiotti	2017/2018	2 a 31.8.2018
George Cassio Tiosso Abbud	2017/2018	1º a 30.10.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2234/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 73º Promotor de Justiça de Campo Grande, Julio Bilemjiam Ribeiro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 11ª Vara do Juizado Especial Central Virtual da referida Comarca, no dia 5.7.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2235/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça de Batayporã, Bianka Machado Arruda Mendes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da comarca de Bataguassu, no dia 2.7.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2236/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Art. 1º Estabelecer o horário de expediente no âmbito do Ministério Público Estadual no dia 6 de julho de 2018, das 8h às 12h, em virtude do jogo do Brasil na Copa do Mundo de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2237/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar os Promotores de Justiça de Campo Grande abaixo relacionados para, sem prejuízo de suas funções, participarem das audiências na 5ª Vara Criminal da referida Comarca:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	DIA
Ricardo Benito Crepaldi	3.7.2018
José Luiz Rodrigues	5.7.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2238/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar o 8º Promotor de Justiça de Campo Grande, José Luiz Rodrigues, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão da 2ª Turma Recursal Mista da referida Comarca, no dia 11.7.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2239/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Jardim, Lia Paim Lima, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da comarca de Bonito, no dia 4.7.2018; e tornar sem efeito a Portaria nº 2124/2018-PGJ, de 21.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2221/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Edna de Barros Manzoni para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2233/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os servidores abaixo relacionados para participarem do curso prático de capacitação “Depoimento Especial e Escuta de Crianças e Adolescentes no Sistema de Justiça”, a realizar-se no período de 23 a 26.7.2018, das 8h às 11h e das 13h às 18h, no Auditório Dra. Cláudia Menezes Pereira, localizado na Rua da Paz, nº 134, em Campo Grande/MS, sendo que o servidor que precisar se deslocar de sua comarca receberá o valor correspondente a cinco diárias para ajuda de custo.

1. Alyne Chaves Cruz
2. Celia Mara Fernandes da Silva
3. Denise Oliveira da Silveira Xavier
4. Elaine Cristina França Tavares Flor
5. Elizandra Valladão Delfino de Aguiar
6. Eloina Caceres da Cruz
7. Giselle Machado Costa Fasolo
8. Jária Tânia da Silva Toledo
9. Jonise Rodrigues Vieira
10. Joyse Cabreira de Sousa
11. Kenia Braz Alcantara
12. Lílian Cristina Marques Dias
13. Lindomar Pacheco
14. Marcos Roberto Alves de Carvalho
15. Renata Valeria Brito Espindola
16. Suzete dos Santos Bezerra
17. Sydnei Ferreira Ribeiro Junior
18. Tânia Batista Rosa Buzzachera
19. Valricia Miranda de Oliveira
20. Vanusa Weber
21. Wanessa da Conceição Teixeira
22. Zília Franco Godoy

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2222/2018-PGJ, DE 2.7.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Nota de Empenho 2018NE002811, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Laura Regina Barbosa Victor Chaparim, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal – Elvys Tomas Bernal, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnico I (Processo PGJ/10/2050/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 2208/2018-PGJ, DE 29.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Silvia Mara Manvailer Gomes, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 13.6 a 12.7.2018, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130, e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24.9.2009, que dispõe sobre a perícia médica oficial do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 2209/2018-PGJ, DE 29.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Carolina Pontes Andreussi, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Direito, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Contratos, no dia 22.6.2018, em razão de licença compensatória referente a banco de horas da titular, Djene de Souza.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2211/2018-PGJ, DE 29.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lygia Mara Rosa da Silva Moraes, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Apoio da Secretaria-Geral, no período de 16 a 27.7.2018, em razão de férias e licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Jokasta dos Santos Lopes.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2212/2018-PGJ, DE 29.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Caio Ferreira Campos, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Arquivo-Geral, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Arquivo e Protocolo-Geral, no período de 2 a 13.7.2018, em razão de férias e licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Magaly Carvalho Brunet.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 2213/2018-PGJ, DE 29.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Josmar Luiz Silveira Longo, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 18 de junho de 2018, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 12/CGMP/2018**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Às autoridades judiciárias e policiais, bem como aos senhores Advogados, Defensores Públicos, Promotores de Justiça e público em geral, que em razão do jogo do Brasil na Copa do Mundo de 2018, a data da visita correicional do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça de Inocência será antecipada para o dia 5 de julho de 2018.

Campo Grande, 2 de julho de 2018.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL**EDITAL Nº 01/AM/PGJ/2018**

A Assessoria Militar da Procuradoria-Geral de Justiça, em cumprimento a Ordem de Serviço nº 001/2016-SG/MP-MS, datada de 12 de setembro de 2016, faz saber a quem interessar que se encontram na Assessoria Militar, os seguintes objetos, abaixo relacionados, os quais foram achados no interior do Prédio da Procuradoria Geral de Justiça.

1. 03 (três) pulseiras;
2. 01 (um) anel;
3. 02 (dois) brincos;
4. 01 (um) par de óculos;
5. Certa quantia em dinheiro;

Nos Termos do Art. 5º da Ordem de Serviço nº001/2016-SG/MP-MS, de 12 de setembro de 2016, os referidos materiais permanecerão na Assessoria Militar pelo prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação deste Edital, para que o proprietário ou provável proprietário reivindique o bem.

Ultrapassado este prazo, os materiais/pertences, serão doados a entidades/associações beneficente, mediante termo de doação assinado pela Secretária-Geral do Ministério Público.

Campo Grande, 29 de junho de 2018.

JOSÉ DA CRUZ SOARES
Capitão PM - Assessor Militar

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO REABERTURA DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/PGJ/2018 – UASG 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 1/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/1448/2018).

Objeto: Aquisição de veículos, tipo Furgão, ano de fabricação e modelo 2018/2018 ou superior, e veículo Caminhão Baú (incluindo fornecimento do baú devidamente instalado), ano de fabricação e modelo 2018/2018 ou superior.

-Abertura das propostas: dia 19 de julho de 2018, às 15 horas (horário oficial de Brasília).

- Local: www.comprasgovernamentais.gov.br

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 03 de julho de 2018 por meio do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou ainda na sede do Ministério Público Estadual – PGJ (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 21/05/2018:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;
- Suplente do Pregoeiro: Emerval Carmona Gomes;
- Suplentes da Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Carla Maria Bagordakis.
- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 02 de julho de 2018.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/PGJ/2018.**

Processo: PGJ/10/4394/2017.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, representado pelo seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, Humberto de Matos Brittes.

2- TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA, representada por Perácio Feliciano Ferreira.

Procedimento Licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços no. 0015/2017, Processo Licitatório No. 0053/2017, na modalidade Pregão Eletrônico, realizada pelo CRA-SC – Conselho Regional de Administração de Santa Catarina.

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93 e pelo Decreto Federal nº 7.892/2013.

Objeto: Prestação do serviço de consultoria técnica especializada no uso do software (Business Intelligence Software Qlikview).

Valor: R\$67.580,00, nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000029 de 16.04.2018.

Vigência: 15.06.2018 a 15.06.2019.

Data de assinatura: 15 de junho de 2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/PGJ/2018, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº1.704 DE 3 DE ABRIL DE 2018 (PÁGINAS 23 A 25) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/PGJ/2018-SRP

DO OBJETO: Registro de preços unitários, para eventual aquisição de materiais de limpeza (água sanitária, álcool, balde, detergente, esponja, sabão, saco plástico, etc.), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	QTD.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Água sanitária, com no mínimo 2% de teor de cloro ativo, produto de pronto uso, embalagem lacrada. Frasco contendo 1000 ml. Registro ou notificação do Ministério da Saúde, validade, indicações de uso e data de fabricação estampadas no rótulo do produto. Marcas de referência: Q'Boa, Candura ou Brilhante. Marca: Candura. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	un.	30	2,45
2	Álcool em gel, 70° INPM, uso doméstico, pronto uso, embalado em frasco plástico de 500 ml, embalagem lacrada, com Registro ou Notificação do Ministério da Saúde, validade, indicações de uso e data de fabricação estampadas no rótulo. Marca: Zulu. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	150	4,90
3	Álcool higienizador de mãos, em gel, antisséptico, com válvula modelo pump. Composição: álcool neutro, bidestilado, isento de contaminantes e com hidratantes. Produto biodegradável, a base de álcoois, com registro ou notificação no Ministério da Saúde, químico responsável, data de validade, composição estampados na embalagem do produto. Embalagem contendo no mínimo 500 ml. Marca: Premisse. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	un.	600	6,35
4	Balde em material plástico resistente, com alça de metal ou plástico resistente, capacidade mínima para 20 litros. Marcas de referência: Plasútil, San Remo ou Plasvale. Marca: Plasvale. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	6	11,85
5	Cesto para lixo, com tampa na mesma cor do cesto, confeccionado em material plástico resistente, capacidade para 100 litros, nas cores azul, branco ou vermelho. Marcas de referência: Plasvale, San Remo ou JSN. Marca: JSN. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	un.	45	48,40
6	Desinfetante, ação germicida, pronto uso, embalagem de 500 ml, com registro ou notificação do Ministério da Saúde, químico responsável, data de fabricação e validade, composição e informações do fabricante estampada na embalagem. Marcas de referência: Pinho Sol, Pinho Bril ou Kalipto. Marca: Kalipto. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	50	3,05
7	Detergente líquido, neutro, pronto uso, biodegradável, embalado em frasco de 500 ml, com registro ou notificação do Ministério da Saúde, químico responsável, data de fabricação e validade, composição e informações do fabricante estampada na embalagem. Marcas de referência: Ypê, Limpol ou Minuano. Marca: Minuano. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	60	1,49
8	Escova para limpeza com cerdas de nylon, estrutura de madeira ou plástica, formato ovalado ou retangular, medindo no mínimo 6 cm x 5 cm x 13 cm. Marca: Condor. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	15	2,20
9	Esponja de fibra sintética, dupla face, para uso geral de limpeza, medindo aproximadamente 7 cm x 11 cm x 2,2cm (admitindo 1,5 cm para mais ou para menos), embalagem individual. Marcas de referência: Bombril, Assolan ou Scotch Brite 3M. Marca: Assolan. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	15	0,98
10	Esponja de lã de aço, acondicionada em fardo contendo 14 pacotes com 8 unidades cada (14x8). Marcas de referência: Bombril, Assolan, Ypê ou Q'Lustro. Marca: Q'Lustro. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	fd.	15	13,90
11	Flanela para limpeza, 100% algodão, medidas mínimas 30 cm x 50 cm, cor branca, com costuras laterais. Marcas de referência: Novo Mundo, Ximbica e Têxtil Rio Claro. Marca: Novo Mundo. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	500	2,40
12	Inseticida à base de água, aerossol, multiuso, sem componentes à base de petróleo, embalagem contendo no mínimo 300 ml, com registro ou notificação no Ministério da	un.	50	8,03

	Saúde, químico responsável, data de validade, composição estampados na embalagem. Marcas de referência: SBP, Raid ou Baygon. Marca: Baygon. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.			
13	Limpador multiuso para pisos, cozinhas, banheiros, azulejos e superfícies laváveis, com ingredientes removedores de sujeiras e gorduras, possibilidade de utilização do produto puro ou diluído, embalagem contendo 500 ml. Deverá estar estampada na embalagem do produto a data de fabricação, data de validade, registro, notificação ou protocolo no Ministério da Saúde e ainda nome do responsável técnico ou nº do CRQ. Marcas de referência: Veja, Ajax, Ypê, Ingleza. Marca: Ype. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	60	3,50
14	Mangueira para jardim, ½" (polegada), trançada, tamanho 30 metros, acompanhada das seguintes conexões: bico e esguicho, para conectar nas torneiras de ½" (polegada) ou ¾" (polegada). Marcas de Referência: Tramontina, Vonder ou Famastil. Marca: Tramontina. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	un.	30	65,00
15	Mangueira para jardim, ¾" (polegada), trançada, tamanho 30 metros, acompanhada das seguintes conexões: bico e esguicho, para conectar nas torneiras de ¾" (polegada) e duas abraçadeiras em aço inox ¾" (polegada). Marcas de Referência: Tramontina, Vonder ou Famastil. Marca: Tramontina. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	30	169,00
16	Papel higiênico branco, macio, sem perfume, picotado e gofrado ou texturizado, 100% fibra celulósica virgem, folha dupla, rolo com 30 m x 10 cm, embalagem plástica com quatro rolos, com composição, data de fabricação e de validade e informações do fabricante na embalagem. Indústria brasileira. Marcas de Referência: Neve, Personal, Cotton ou Klass. Marca: Personal. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	pct.	320	4,35
17	Papel toalha, branco, 100% fibras naturais, 3 dobras, para uso sanitário, medindo no mínimo 23 cm x 27 cm, embalagem com 2400 folhas. Marcas de referência: Vivapel, Jofel, Max limp, Bio Clin. Marca: Vivapel. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	emb.	15	44,00
18	Pedra sanitária (desodorizante sanitário), bacteriostático, pesando no mínimo 25 g, pronto uso, essências diversas. Marcas de referência Rubi, Sanol, Perfect Clean. Marca: Sanol. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	15	1,15
19	Papeleira para papel higiênico, sobrepor, fabricada em latão cromado e aço inox, com tampa tipo meia lua, bucha de fixação S08. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de Referência: Expambox, Moldenox e Meber. Marca: Expambox. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	un.	200	42,00
20	Porta papel toalha, cor branca, confeccionado em ABS, medindo aproximadamente 29cm de altura 12cm de profundidade e 24cm de largura, para papel toalha interfolhas de 2 ou 3 dobras, fechamento c/ chave, com kit para fixação. Marca: JSN. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	un.	200	24,50
21	Refil de higienizador de mãos (gel) para uso em saboneteira, álcool, hidratante e aloe vera, bactericida, frasco com no mínimo 700 ml, com registro ou notificação do Ministério da Saúde, validade, químico responsável e informações do fabricante estampadas no rótulo do produto. Marcas de Referência: All Clean, Pétala, Gelspt ou Trilha. Marca: All Clean. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	100	14,50
22	Refil de sabonete líquido (gel), para uso em saboneteira, bactericida, frasco com 800 ml, com registro ou notificação do Ministério da Saúde, validade, químico responsável e informações do fabricante estampadas no rótulo do produto. Marcas de Referência: Start, Jofel ou Trilha. Marca: Start. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	100	10,40
23	Sabão em pó, com enzimas, para limpeza geral, biodegradável, embalagem plástica de 1 Kg, com registro do Ministério da Saúde. Químico responsável, indicação de uso, composição, data de fabricação e de validade e informações gerais do fabricante estampadas na embalagem do produto. Marcas de referência: Brilhante, Omo, Ace ou Tixan. Marca: Tixan. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	un.	30	5,45
24	Saboneteira para sabonete líquido, cor branca, confeccionado em ABS reservatório em policarbonato transparente, reservatório com capacidade para 800 ml no mínimo, com kit de fixação. Marcas de referência: Brilhante, Omo, Ace ou Tixan. Marca: Não registrada.	un	200	Não registrado

25	Saco alvejado para limpeza (pano de chão), 100% algodão, alta absorção de umidade, com costuras laterais, medidas mínimas 40 cm x 68 cm. Marcas de referência: Novo Mundo, Ximbica e Têxtil Rio Claro. Marca: Novo Mundo. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	un.	150	4,64
26	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor amarela, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Deboni. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	pct.	50	23,20
27	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor amarela, capacidade para 40 litros, medindo no mínimo 0,58m de largura x 0,58m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	50	17,00
28	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor amarela, capacidade para 60 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Sacoplast. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	pct.	50	21,40
29	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor azul, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: Deboni. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	pct.	50	50,70
30	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor azul, capacidade para 40 litros, medindo no mínimo 0,58m de largura x 0,58m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Sacoplast. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	pct.	50	15,30
31	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor azul, capacidade para 60 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Deboni. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	pct.	50	19,75
32	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor marrom, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: Deboni. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	pct.	100	50,70
33	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor marrom, capacidade para 40 litros, medindo no mínimo 0,58m de largura x 0,58m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Sacoplast. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	pct.	50	15,50
34	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor marrom, capacidade para 60 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Deboni. Empresa vencedora: I. A. CAMPAGNA JUNIOR & CIA. LTDA.	pct.	100	19,80
35	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor verde, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	50	55,72
36	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor verde, capacidade para 40 litros, medindo no mínimo 0,58m de largura x 0,58m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	50	17,20
37	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor verde, capacidade para 60 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Deboni. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	pct.	50	21,00
38	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor vermelha, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	50	55,70
39	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor vermelha, capacidade para 40 litros, medindo no mínimo 0,58m de largura x 0,58m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	50	17,36
40	Saco plástico para lixo (coleta seletiva), cor vermelha, capacidade para 60 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Sacoplast. Empresa vencedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME.	pct.	50	25,50

41	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 100 litros, medindo no mínimo 0,80m de largura x 0,90m de comprimento, espessura mínima de 0,09 micras, embalagem com 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	8	43,26
42	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 40 litros, medindo no mínimo 0,58m de largura x 0,58m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	10	13,74
43	Saco plástico para lixo, cor preta, capacidade para 60 litros, medindo no mínimo 0,60m de largura x 0,70m de comprimento, espessura mínima de 0,06 micras, embalagem contendo 100 unidades. Marca: Porto Plast. Empresa vencedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME.	pct.	5	16,82

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

DATA DE ASSINATURA: 22 de março de 2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/PGJ/2018, PUBLICADA NO DOMP-MS Nº1.704 DE 3 DE ABRIL DE 2018 (PÁGINA 26) - REPÚBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/PGJ/2018 - SRP

DO OBJETO: Registro de Preços de preços unitários para eventual aquisição de gêneros alimentícios (açúcar, adoçante, café e chá), para atender a Divisão de Almoxarifado/PGJ, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Açúcar refinado, branco, mistura homogênea, isento de matéria terrosa, livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem de polipropileno transparente ou leitosa contendo 1kg, com especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampados na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Da Barra. Fornecedora: VALDIR SILVA JUNIOR-ME	emb.	20.000	2,36
2	Adoçante dietético líquido, sem adição de calorias, acondicionado em embalagem original de fábrica, embalagem com 100ml, com especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampadas na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Adocyl. Fornecedora: YOUSSEF AMIM YOUSSEF	emb.	500	2,05
3	Café torrado e moído, aspecto de pó fino, embalado a vácuo, embalagem com 500g, especificação dos ingredientes e informações do fabricante, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Caboclo Tradicional. Fornecedora: EFICAZ LOGISTICA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS EIRELI -ME	emb.	20.000	8,54
4	Chá mate tostado, feito de erva-mate (<i>ilex-paraguariensis</i>), isento de matéria terrosa, fungos ou parasitas, livre de umidade e de fragmentos estranhos, acondicionado em embalagem com peso líquido de, no mínimo, 200g. Especificação dos ingredientes e informações do fabricante estampados na embalagem, indústria brasileira, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Santo Antônio. Marca: Fornecedora: YOUSSEF AMIM YOUSSEF	emb.	10.000	2,93

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS)

DATA DE ASSINATURA: 28 de março de 2018.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/PGJ/2018**PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/PGJ/2018 – SRP**

DO OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo *split* inverter, e bombas para remoção de condensado, incluindo os serviços de instalação dos respectivos equipamentos, bem como de execução das necessárias tubulações, na capital e no interior do Estado, com o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)
1	1.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Unidade	40	R\$1.405,00
	1.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Metro	200	R\$50,00
	1.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	20	R\$260,00
	1.4	Serviços de instalação de condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	20	R\$280,00
2	2.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Unidade	60	R\$1.650,00
	2.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 12.000 BTU's. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Metro	250	R\$60,00
	2.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	30	R\$260,00

3	2.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	30	R\$280,00
	3.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI18B2IA HVFE18B2IA. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Unidade	70	R\$2.315,00
	3.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 18.000 BTU's. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Metro	250	R\$60,00
	3.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	45	R\$320,00
4	3.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 18.000 BTU's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	25	R\$340,00
	4.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI24B2IA HVFE24B2IA. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Unidade	45	R\$3.020,00
	4.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 24.000 BTU's. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Metro	150	R\$70,00
	4.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	22	R\$380,00
5	4.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	23	R\$400,00
	5.1	Aparelho condicionador de ar, tipo bi split hi-wall inverter, composto por três unidades distintas, 1 condensadora (externa) e 2 evaporadoras (internas); ciclo frio ou reverso; capacidade total: 24.000 BTU/h (2 x 12.000 BTU's); comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação;	Unidade	15	R\$7.830,00

		controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: SPRINGER MIDEA BI-SPLIT INVERTER 24.000 BTUS- 220V – FRIO. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.			
	5.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo bi split 24.000 BTU’s (2 x 12.000). Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Metro	200	R\$170,00
	5.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU’s, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	10	R\$300,00
	5.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 BTU’s, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	5	R\$900,00
6	6.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 30.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal liquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A, B ou C. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN ECOLOGIC HLF30B2FA/HLFE30B2NA. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Unidade	10	R\$3.325,00
	6.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 30.000 BTU’s. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Metro	60	R\$80,00
	6.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 30.000 BTU’s, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	4	R\$470,00
	6.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 30.000 BTU’s, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	6	R\$500,00
7	7.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split inverter piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 35.000 a 36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal liquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: CARRIER SPACE INVERTER P/T 36.000 BTUS – FRIO – 220V. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Unidade	25	R\$7.650,00
	7.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 35.000 a 36.000 BTU/h.	Metro	120	R\$200,00

	Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.			
7.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	10	R\$400,00
7.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	15	R\$850,00
8	Aparelho condicionador de ar, tipo inverter piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 46.000 a 48.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: SAMSUNG. AC048JXADKC/VN – AC048JNC DKC/VN. Empresa vencedora: WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP.	Unidade	10	R\$10.562,00
	8.2 Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 46.000 a 48.000 BTU/h. Empresa vencedora: WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP.	Metro	40	R\$38,00
	8.3 Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP.	Serviço	5	R\$700,00
	8.4 Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas de interior do Estado. Empresa vencedora: WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA – EPP.	Serviço	5	R\$700,00
9	9.1 Aparelho condicionador de ar, tipo split inverter piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade mínima: 54.000 a 58.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: CARRIER SPACE INVERTER P/T 54.000 BTUS – FRIO – 220V. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Unidade	15	R\$10.500,00
	9.2 Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 54.000 ou 58.000 BTU/h. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Metro	60	R\$280,00
	9.3 Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 54.000 ou 58.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	5	R\$400,00

	9.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 54.000 ou 58.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	10	R\$820,00
10	10.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split cassete, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio; capacidade: 31.000 a 35.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; sistema de distribuição para 4 lados e ambiente adjacente; tensão de operação: 220V bifásico, 60 Hz; Compressor: tipo alternativo, rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: CARRIER CASSETE INVERTER 33.000 BTUS – 220V - FRIO Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Unidade	5	R\$9.220,00
	10.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split cassete 31.000 a 35.000 BTU/h. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Metro	30	R\$280,00
	10.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, cassete, função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 35.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	3	R\$400,00
	10.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split cassete, função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 35.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Serviço	2	R\$900,00
11	11.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split cassete, inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 45.000 a 48.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; sistema de distribuição para 4 lados e ambiente adjacente; tensão de operação: 220V bifásico, 60 Hz; Compressor: alternativo, rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: LG ATNQ48GMLE5/ AUUQ48GH2. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Unidade	5	R\$14.100,00
	11.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 45.000 a 48.000 BTU/h. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Metro	25	R\$150,00
	11.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split cassete, inverter, função refrigeração, com capacidade de 45.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	3	R\$850,00
	11.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split cassete, inverter, função refrigeração, com capacidade de 45.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado. Empresa vencedora: NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI – ME.	Serviço	2	R\$900,00
12	12.1	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 14 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da	Unidade	150	R\$399,00

		bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca/modelo: ELGIN MINI ORANGE. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.			
13	13.1	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 21,5W, frequência 50/60 Hz; vazão de 37 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca/modelo: ELGIN MAX ORANGE. Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP.	Unidade	150	R\$439,00

Validade da Ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS)

Data de assinatura: 25 de junho de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 0056/2018/31PJ/CGR

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Rua São Vicente de Paula, nº 180 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001029-0

Requerente: Anônimo

Requerido: E. M. M.

Assunto: Apurar irregularidades no suposto acúmulo de cargos de Enfermeira e Técnica de Enfermagem, respectivamente no Estado de Mato Grosso do Sul e no Município de Campo Grande, com horários incompatíveis, pela servidora E.M.M..

Campo Grande/MS, 27 de junho de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO Nº 010/2018/31PJ/CGR

(AGETTRAN – Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande)

Inquérito Civil nº 06.2016.00001020-5

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por intermédio do Promotor de Justiça titular da 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Campo Grande/MS, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea “b” e artigo 28, ambos da Lei Complementar n. 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e,

CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da CF/88; art. 1º da Lei nº 8.625/93 e art. 1º da LC nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social”¹;

CONSIDERANDO que o artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93 assegura ao Ministério Público expedir Recomendação Administrativa aos órgãos da administração pública federal, estadual, e municipal, requisitando aos destinatários a adequada e imediata divulgação, assim como resposta por escrito, bem como que o artigo 9º, alíneas e incisos, da Resolução n. 018/2010-PGJ assegura competência às Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e das Entidades de Interesse Social para “*expedir recomendação dirigida a órgãos públicos e a entidades privadas, com vista à prevenção de condutas lesivas ao patrimônio público e à melhoria das atividades ligadas a sua área de atuação*”;

CONSIDERANDO que a recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”², viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá obedecer, dentre outros, aos Princípios da Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, Publicidade e Eficiência;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), no artigo 4º, dispõe que os “agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no trato dos assuntos que lhe são afetos”;

CONSIDERANDO que foi instaurado o Inquérito Civil de nº 06.2016.00001020-5, no âmbito da 31ª Promotoria de Justiça para “apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente das supostas irregularidades nas concessões e renovações de permissão nos serviços de táxi em 2015, sem o recolhimento da contribuição previdenciária devida, em descumprimento à Lei Municipal n. 4.715/08, e que não foi exigido pela concedente AGETTRAN”;

CONSIDERANDO que a irregularidade foi noticiada por José Carlos Áquila e Ezequiel P. de Moura, representantes da Associação dos Taxis Autônomos e Auxiliares de Campo Grande – ASSOCITAXI, inicialmente encaminhada à 67ª Promotoria de Justiça, sendo redistribuída à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e Social;

¹ MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319.

² ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49

CONSIDERANDO que foi noticiado o descumprimento das obrigações e consequente negligência da Agência Municipal de Transporte e Trânsito – AGETTRAN, no que diz respeito aos trâmites de renovação das permissões para o exercício do serviço de táxi em Campo Grande/MS;

CONSIDERANDO que, segundo narrado, diversos profissionais conseguiram a renovação do alvará para o exercício do serviço de táxi sem a necessidade de comprovação de regularidade no recolhimento das verbas destinadas à seguridade social;

CONSIDERANDO que segundo narrado pela própria AGETTRAN, o único documento requisitado para a concessão do alvará é a Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte, com base na Portaria Conjunta INSS/RFB nº 06, de 03/06/2008, que apenas informa a regularidade no recolhimento da contribuição social prevista no artigo 11, parágrafo único, alínea “c” da Lei 8.212/1991, qual seja:

Art. 11. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

Parágrafo único. Constituem contribuições sociais:

(...)

c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição;

CONSIDERANDO que o documento pedido pela AGETTRAN apenas informa a contribuição devida pelo trabalhador sobre seu salário de contribuição, portanto, há violação à Lei Municipal 4.715/2008 que obriga a comprovação do recolhimento de contribuição previdenciária devida pelo taxista proprietário, taxista auxiliar e taxista empregado, devendo o recolhimento ser de responsabilidade da pessoa física ou jurídica permissionária do citado serviço, eis que a regulamentação mencionada determina, *in verbis*:

Art. 1º. A renovação do Alvará de Permissão do Serviço de Táxi no Município de Campo Grande-MS, fica condicionada ao recolhimento da contribuição previdenciária devida pelo taxista proprietário, taxista auxiliar ou taxista empregado, devendo o recolhimento ser de responsabilidade da pessoa física ou jurídica permissionária do citado serviço, não gerando vínculo empregatício. (grifei)

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão para prestação de serviço público determina os seguintes encargos ao poder concedente:

Art. 29. Incumbe ao poder concedente:

I - regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

III - intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

IV - extinguir a concessão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no contrato;

V - homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;

VI - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

VII - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

VIII - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

IX - declarar de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, os bens necessários à execução de serviço ou obra pública, promovendo-a diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

X - estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio-ambiente e conservação;

XI - incentivar a competitividade; e

XII - estimular a formação de associações de usuários para defesa de interesses relativos ao serviço.

Art. 30. No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

Parágrafo único. A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do poder concedente, da concessionária e dos usuários.

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.468, de 26.08.2011 regulamenta a profissão de taxista e, em seu artigo 3º, inciso IV, exige a inscrição como segurado do INSS, *in verbis*:

Art. 1º Fica reconhecida, em todo o território nacional, a profissão de taxista, observados os preceitos desta Lei.

Art. 2º É atividade privativa dos profissionais taxistas a utilização de veículo automotor, próprio ou de terceiros, para o transporte público individual remunerado de passageiros, cuja capacidade será de, no máximo, 7 (sete) passageiros.

Art. 3º A atividade profissional de que trata o art. 1º somente será exercida por profissional que atenda integralmente aos requisitos e às condições abaixo estabelecidos:

(...)

V - inscrição como segurado do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, ainda que exerça a profissão na condição de taxista autônomo, taxista auxiliar de condutor autônomo ou taxista locatário; (grifei)

CONSIDERANDO que é obrigação do poder concedente a verificação de todos os requisitos objetivos para a renovação do alvará, sendo tal tarefa um ato vinculado;

CONSIDERANDO que a análise desse requisito para a renovação do alvará importa a manutenção da função social da atividade, bem como é responsável pela promoção e manutenção de existência digna e justiça social, por meio da valorização do trabalho, conforme os ditames do artigo 170 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 11, da Lei n. 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade e lealdade, em um rol exemplificativo;

CONSIDERANDO que antes da adoção de providências judiciais se mostra pertinente oportunizar aos gestores a adoção de todas as medidas administrativas necessárias a regularização da questão, com base no poder de autotutela da Administração Pública;

RECOMENDA ao Diretor-Presidente da AGETRAM/MS JANINE DE LIMA BRUNO, com fulcro no art. 27, par. único, IV, da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Res. nº 015/2007-PGJ, que:

I – Determine a revisão de TODAS as concessões de Alvará de Permissão do Serviço de Táxi no Município de Campo Grande-MS, para o fim de constatar o devido recolhimento da contribuição previdenciária devida pelo taxista proprietário, taxista auxiliar ou taxista empregado, em cumprimento ao que dispõe a Lei Municipal nº. 4.715, de 22.12.2008, inclusive a inscrição como segurados do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme disciplinado pela Lei Federal nº 12.468, de 26.08.2011;

II - Após o cumprimento do item I acima e constatando irregularidades, REVOGAR TODAS as concessões de Alvará de Permissão do Serviço de Táxi no Município de Campo Grande-MS que não preenchem os requisitos legais;

III – Nos casos de renovações de Alvará de Permissão do Serviço de Táxi no Município de Campo Grande-MS, observar fielmente as recomendações acima, as quais são baseadas na Lei Municipal nº 4.715/2008, Lei Federal nº 12.468/2011 e Lei Federal nº 8987/1995;

Informe a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 30 (trinta) dias, o acatamento desta Recomendação, discriminando, em caso afirmativo, todas as medidas adotadas, com a apresentação desde logo de eventual documentação pertinente. Esclarece-se que o descumprimento desta Recomendação poderá dar ensejo à interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela.

Por fim, DETERMINO as seguintes providências:

1) encaminhe-se o teor deste expediente ao Diretor-Presidente da AGETRAM/MS Janine de Lima Bruno, mediante recibo por escrito, para conhecimento e providências nos termos alhures;

2) encaminhe-se cópia desta Recomendação ao Prefeito Municipal de Campo Grande, Marcos Marcello Trad, para conhecimento;

3) encaminhe-se cópia do expediente para o setor de publicação do DOMP, para cumprimento das normas de publicidade da presente Recomendação;

4) encaminhe-se, por fim, cópia da Recomendação ao Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Fundações, nos termos do art. 52 da Resolução n. 015/2007/PGJ-MS.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 29 de junho de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI

31º Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

APARECIDA DO TABOADO

EDITAL Nº 007/2ªPJ/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001952-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado/MS e Flávio Henrique

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no “Loteamento Piscicultura Velho Rio”.

Aparecida do Taboado/MS, 29 de junho de 2018.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 008/2ªPJ/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000487-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado/MS e Flávio Henrique Vicente e José Joaquim Trindade

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no “Loteamento Córrego do Campo”.

Aparecida do Taboado/MS, 29 de junho de 2018.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

EDITAL N° 009/2ªPJ/2018

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000138-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado/MS

Assunto: A fim de fiscalizar as medidas adotadas pelo Município de Aparecida do Taboado para sanar as irregularidades estruturais que ensejaram a interdição parcial da Escola Municipal Ana Mara do Nascimento.

Aparecida do Taboado/MS, 29 de junho de 2018.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO

Promotora de Justiça

MUNDO NOVO

EDITAL N.º 0014/2018/01PJ/MUV

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º06.2018.00002031-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Inquérito Civil Público N.º 06.2018.00002031-1

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município Mundo Novo, Fundação Hospitalar de Mundo Novo.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na manutenção, conservação e transferência do patrimônio da Fundação Hospitalar de Mundo Novo (FHMN).

Mundo Novo/MS, 29 de junho de 2018.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

NOVA ANDRADINA

EDITAL N° 06.2018.00001822-7

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001822-7.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar eventual dano ambiental em virtude de despejo de efluentes em córrego localizado nesta cidade de Nova Andradina/MS.

Nova Andradina, 29 de junho de 2018.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 06.2018.00001891-6

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de inquérito civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001891-6.

Requerente: Ministério Público.

Requerido: Adelmo Perina Júnior.

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Faixa Branca, nesta cidade, em virtude da abertura de drenos em área de preservação permanente sem autorização do órgão competente.

Nova Andradina, 29 de junho de 2018.

ALEXANDRE ROSA LUZ

Promotor de Justiça